

# Jogo bruto na guerra da superterça

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

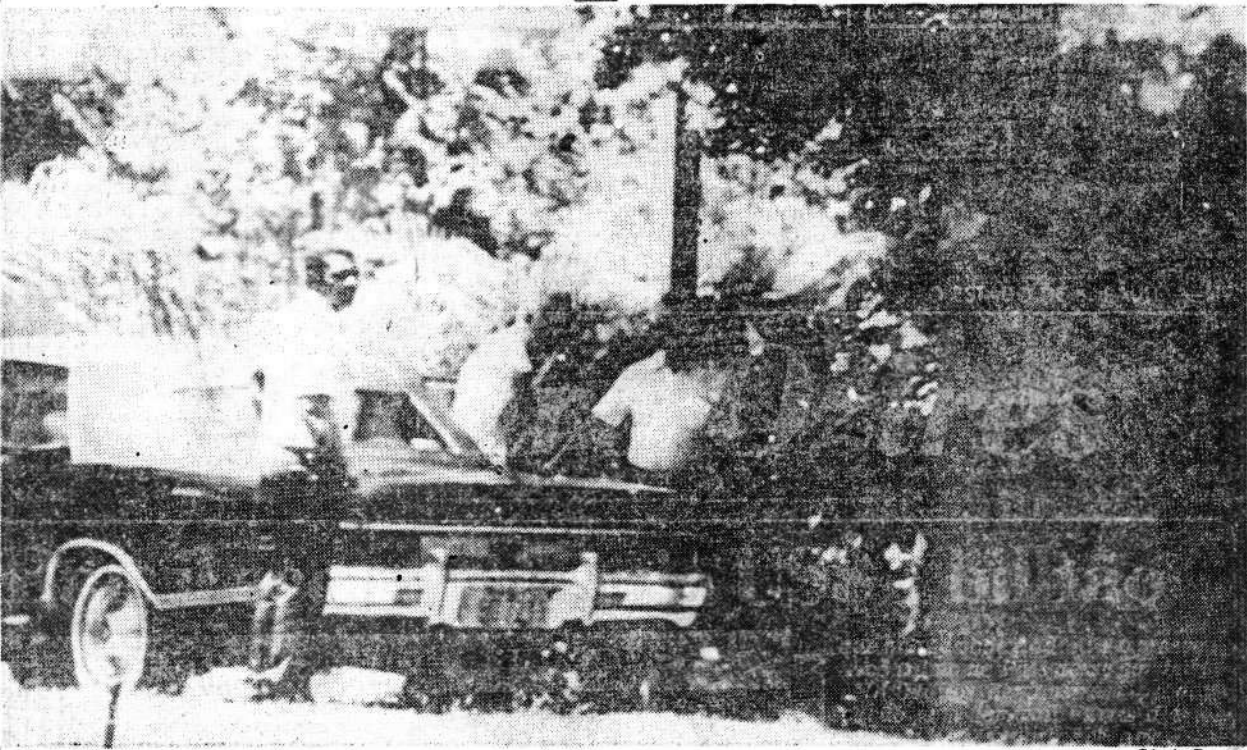
O presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) negou ontem a existência de qualquer acordo que garanta a adoção do parlamentarismo em troca do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, desmentiu, veementemente, haver dito ao deputado José Geraldo (PMDB-MG) que aceitaria o parlamentarismo. O presidente da Constituinte, Câmara e PMDB, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que antontem reconheceu o crescimento da tendência parlamentarista com cinco anos, ontem recusou sua paternidade: "Eu não sou dono de nenhuma fórmula, sou um coordenador". Ou seja, o governo resolveu mesmo jogar duro na batalha da superterça, quando o item sistema de governo deverá entrar em votação na Constituinte. E a disposição para o jogo bruto é tamanha que o senador José Richa (PFL-PR) comentou, em tom amargo: "O governo não tem estratégia, tem uma obsessão".

O ministro Leônidas Pires de-clarou que ninguém está autorizado a falar em nome das Forças Armadas, à exceção de seus chefes. Antes do pronunciamento público, num telefonema do líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço, disse só admitir parlamentarismo sob algumas condições, tais como a realização de um plebiscito para legitimar a mudança de sistema de governo, a convocação de eleições gerais (de verador a presidente, inclusive para o Congresso e governadores) e a queda de todo o gabinete e não apenas do primeiro-ministro.

Enquanto isso, o presidente do Senado garantia a quem quisesse ouvir que a notícia de que o governo aceitaria a fórmula conciliatória do parlamentarismo com cinco anos era uma manobra "de quem já se sabe derrotado". Segundo o senador Humberto Lucena, "esse acordo não existe, não tem precedência. Eu mesmo procurei saber e essa informação não procede. Esse boato vem do pessoal do parlamentarismo, que sabe que não vai ter voto e está procurando aderir aos cinco anos". O principal autor da emenda presidencialista coletiva, também subs-

crita pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) e pelos deputados Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Theodoro Mendes (PMDB-SP) está convicto de que ela passará logo na primeira votação, na superterça.

Na hora do almoço, o dr. Ulysses Guimarães se reuniu com o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações — SNI, general Ivan de Souza Mendes, e relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Em seus contatos com a imprensa, o presidente da Constituinte declarou-se neutro e continuou fugindo de qualquer definição. Ulysses disse apolar "uma solução que possa resolver as dificuldades que estão aí e garantiu que o esforço dos principais líderes políticos neste fim de semana e amanhã é o de procurar a formação de uma maioria, o que até agora não ficou configurado. As reuniões entre políticos de várias facções, que deverão acontecer até a superterça têm, segundo Ulysses, o objetivo de procurar saídas: "A índole do Congresso foi sempre encontrar caminhos, não fechá-los".



No encontro com o general Ivan, chefe do SNI, Ulysses diz que apóia a maioria.

## Agora falta muito pouco para votação do sistema

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A não ser que se decida dar mais um pouco de tempo para uma última tentativa de acordo, depois de amanhã será mesmo tomada a deliberação sobre o sistema de governo: se o País continuará sendo presidencialista ou se será mantida a mudança para o parlamentarismo, proposta pelo projeto da Comissão de Sistematização.

Falta pouca coisa a ser votada até se chegar ao artigo 90 do projeto — o ponto decisivo, pois é o que define as atribuições do presidente da República e por isso mesmo ali se concentraram as duas principais emendas: a presidencialista e a parlamentarista, esta pretendendo aperfeiçoar a proposta da Sistematização.

O que falta para ser votado são alguns incisos e artigos referentes às atribuições, à composição e ao funcionamento do Tribunal de Contas da União, para completar a parte relativa à fiscalização financeira, orçamentária e operacional da administração federal e concluir tam-

bém o capítulo que trata do Poder Legislativo. Não há maiores divergências. A proposta do Centrão praticamente repetiu a da Sistematização. As poucas emendas destacadas para votação destinam-se a aperfeiçoar e tornar mais rigoroso o mecanismo de fiscalização. Só não foram votadas na tarde de sexta-feira porque, com apenas pouco mais de 300 constituintes em plenário, seus autores temiam não conseguir os 280 votos mínimos necessários à aprovação e se retiraram do recinto fazendo encerrar a sessão por falta de quórum.

Amanhã, a Constituinte volta a reunir-se à tarde e, até a noite, a votação dessa matéria deverá estar concluída. Será então iniciado o exame do capítulo referente ao Poder Executivo, começando-se justamente pelo Artigo 90. No primeiro ponto colocado em votação, portanto, estará a decisão sobre o sistema de governo.

### FUSÃO

O primeiro substitutivo a ser votado será o presidencialista, resultado de uma fusão de emendas

de Humberto Lucena (PMDB-PB), Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Edison Lobão (PFL-MA), Theodoro Mendes (PMDB-SP) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE). Está assinado por 353 constituintes. Mas como assinatura não significa compromisso de voto, mas simples apoio que pode não passar de cortesia para com o colega que pede a assinatura, o substitutivo pode não alcançar os 280 votos mínimos necessários para a aprovação. Nesse caso, por força do regimento, ainda não estará perdido. Será submetido a nova votação no dia seguinte, essa, sim, decisiva. E então, se novamente não obtiver número, será a vez do outro substitutivo, o parlamentarista, subscrito por Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e apoiado por outros 340 constituintes, o qual passará pela mesma tramitação que o outro. Se também não for aprovado, será votado o texto da Sistematização. Se também não lograr aprovação, estará aberto mais um buraco negro. Caberá ao relator, dentro de um prazo de 48 horas, promover nova rodada de entendimentos para tentar encontrar uma fórmula aceitável pela maioria.

## Aureliano teme resultado imprevisível do acordo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente de honra do PFL, ministro Aureliano Chaves, crítico o entendimento político que pretende garantir cinco anos de mandato para Sarney em troca da implantação do sistema parlamentarista. Na sua opinião, um acordo deste tipo seria apenas um fator de agravamento da crise, de resultados imprevisíveis.

O ministro das Minas e Energia citou Hitler, Mussolini e Salazar como exemplos, para dizer que o parlamentarismo, com o primeiro-ministro atuando como chefe de governo, nem sempre garante estabilidade política-institucional. "Estamos observando que presidencialistas e parlamentaristas estão deixando de lado suas convicções para montar um esquema circunstancial que, ao contrário de estabilizar o País, poderá concorrer para sua desestabilização", disse ele.

Presidencialista histórico, Aureliano Chaves revelou seu espanto ao constatar que o governo está com vários interlocutores — e cada um falando uma linguagem diferente. "Se o governo defende o presidencialismo e eleições em 89, sua posição deve ser manifestada claramente. A Constituinte deve decidir no voto. Parlamentarismo ou presidencialismo, a decisão é de cada constituinte. E, da mesma forma, a duração do mandato."

Para Aureliano, a Constituinte

tem revelado tendência presidencialista, confirmando o voto proporcional e rejeitando o voto distrital, por exemplo. Ele citou ainda a aprovação da emenda que permite a formação de blocos parlamentares no Congresso, "caminho aberto para o enfraquecimento dos partidos". Uma das condições essenciais do parlamentarismo, lembrou, é a existência de partidos fortes e consolidados.

Frisando a sua condição de presidencialista, o ministro pediu que

### Maciel continua presidencialista

"O desempenho insatisfatório do governo federal e o desejo do fortalecimento do Poder Legislativo são responsáveis pelo crescimento da corrente parlamentarista na Constituinte", reconhece o presidente do PFL, senador Marco Maciel, que desmente categoricamente haver aderido ao parlamentarismo com cinco anos de mandato para o presidente da República.

"Admito que o parlamentarismo cresceu por vários motivos", diz ele, acrescentando: "Muita gente parte do pressuposto de que o Congresso se fortalecerá com o parlamentarismo. É um equívoco. Não há Congresso tão poderoso quanto o dos Estados Unidos, onde se pratica o presidencialismo."

Brasília/Agência Estado

se o parlamentarismo tiver de ser implantado, "que o seja de forma nítida, aberta, consciente e firme". "Se não for assim", disse, "as consequências virão mais cedo do que muitos imaginam".

### JOSÉ LOURENÇO

"Não existe acordo dos parlamentaristas com o governo em troca do mandato de cinco anos. O acordo é entre os grupos do PMDB", denuncia o líder do PFL, José Lourenço, para quem o deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), muito ligado ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, é quem está à frente desse entendimento. "No mais, o que existe é guerra psicológica: notícias espalhadas pelos parlamentaristas com a finalidade de enfraquecer os presidencialistas", diz ele. José Lourenço não acredita no funcionamento do sistema parlamentar de governo: "O PMDB não tem unidade para formar o gabinete. Basta lembrar que o doutor Ulysses só foi eleito duas vezes presidente da Câmara por causa dos votos do PFL. Além do mais, quero ver se o parlamentarismo funciona, sem identificação com os objetivos políticos do presidente da República. Se o PMDB quiser doutor Ulysses como primeiro-ministro e o presidente quiser o Exedito Machado? Não funciona. Não tem solução. É a crise. Os que querem implantar tal regime não estão pensando no País. São fisiológicos, que só pensam no poder".

## "O totalitarismo normativo"

ALUISIO DE TOLEDO CÉSAR

"Estamos em pleno totalitarismo normativo." Com a experiência de mais de 50 anos de estudo do direito e sua filosofia, o professor Miguel Reale, da Faculdade de Direito da USP, autor da teoria tridimensional do direito, vem acompanhando com ceticismo e com perplexidade o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte.

"Infelizmente, percebo que todos estamos chocados. De nada valerem as reiteradas advertências dos juristas do País no sentido de evitar-se uma Constituição detalhada, pois a Assembléia Nacional Constituinte preferiu enveredar pelo campo da legislação ordinária, improvisando soluções altamente nocivas ao interesse do País."

Isto ocorreu sobretudo em matéria de legislação social, diz o professor. E explica: "A pretexto de 'progressismo', palavra com a qual no fundo se pretende simular a verdade real, ampliou-se o crescente intervencionismo do Estado na esfera das relações sociais em geral e econômicas em particular."

O resultado, continua, é que estamos em pleno totalitarismo normativo, nada ficando a cargo do legislador futuro quanto à disciplina das infinitas ocorrências da vida individual e coletiva. A título de exemplo, lembra "o absurdo de o texto constitucional disciplinar questões atinentes à remuneração de férias ou o trabalho em turnos, assunto esse que deveria caber exclusivamente ao legislador ordinário".

Miguel Reale entende que algumas disposições já aprovadas pelos constituintes "são deveras caricatas, como a das férias pagas àquele que foi irronicamente chamado 'marido gestante', o que vem comprovar a influência dos índios no seio da Constituinte, explicando a desmedida atenção por essa dispensável às populações indígenas e às terras por elas ocupadas".

### FORMA DE GOVERNO

Segundo o jurista, "a situação relativa à forma de governo deixamos em verdadeiro estado de perplexidade". Ele entende que não se trata de fazer opção abstrata entre presidencialismo ou parlamentarismo, mas sim de fazer uma escolha entre os projetos formulados sobre a matéria. "Tenho dito e repetido que o texto da Comissão de Sistematização não consagra absolutamente o parlamentarismo, nem o semiparlamentarismo, pois o texto oferecido torna impossível a dissolução da Câmara dos Deputados praticamente no caso de conflito de poderes."

"Ora — prossegue Reale — essa eventualidade é da essência de qualquer modalidade de parlamentarismo, de tal modo que se pode dizer que prevalece até agora uma forma esdrúxula de predomínio do Congresso Nacional, o qual, inezoravelmente, pode impor um primeiro-ministro e seu plano de governo a um presidente da República eleito

por maioria absoluta de sufrágios, em uma eleição direta."

Ele recorda que alguém pode dizer que na França e em Portugal os presidentes também são eleitos por sufrágio universal e direto, mas "essa objeção não colhe". E esclarece: "Em primeiro lugar, nesses países, a dissolução da Câmara dos Deputados foi preservada, como ainda



Miguel Reale

recentemente aconteceu quando o presidente Mário Soares convocou o eleitorado para novas eleições. Em segundo lugar, ao contrário dos dois citados países, o Brasil é de tradição presidencialista, de tal modo que o eleitorado está convicto de estar votando num presidente da República que efetivamente irá governar de conformidade com as idéias sustentadas durante a campanha eleitoral."

### INVIÁVEL

Segundo ele, isso basta para demonstrar a inviabilidade da "solução pseudoparlamentarista acolhi-

da pela Comissão de Sistematização". Por outro lado, lembra que os presidencialistas insistem na manutenção do nosso regime tradicional, "manifestamente imperial ou caudilhesco, que tem sido causa de sucessivas crises e tem impedido a formação de verdadeiros partidos de base programática".

"Pessoalmente — completa — inclino-me pelo semipresidencialismo, o qual confere à Câmara dos Deputados poderes de contenção contra os abusos do Executivo e também para que haja mais entendimento ou correlação entre os Poderes Executivo e Legislativo. Parece-me que há uma emenda nesse sentido, mas, o que tem prevalecido na Constituinte são soluções extremadas, quando não improvisadas, ao sabor das mutações flutuantes."

### NOVO REGIME

Reale considera "iluministas e fruto de abstrações vazias" as teses em favor de eleições gerais, inclusive porque se trata de hipótese com a qual acredita que a Assembléia Constituinte não concordará. E pontifica: "No plano político, como diz Max Weber, não se deve dar atenção ao que é manifestamente impossível ou inviável".

Todavia, inclina-se por uma fórmula original de experiência política para o Brasil, em desprezo de teorias alienígenas, "porque cada Nação deve aprovar o estatuto político mais conveniente à sua experiência e conjuntura".

"Seria o caso — diz ele — de inovarmos na matéria, apresentando um novo tipo de regime de poder. Espero que tudo possa ser resolvido através do consenso, inclusive quanto à duração do mandato presidencial, pois embora pareça ser exigência popular uma eleição já, não se pode desconhecer que ela está cercada de grandes embaraços, por mais que o governo esteja distanciado da opinião pública".

E acrescenta: "Não sei até que ponto seria conveniente uma eleição imediatamente, no ponto culminante da maior crise, talvez, dessas últimas décadas, porque é ao mesmo tempo moral, política, econômica e financeira".

### ATRASO

Reale não acredita que a Constituinte possa terminar o seu trabalho até 21 de abril, conforme é intenção do deputado Ulysses Guimarães. "Aíás, ainda que isso acontecesse, a competição eleitoral pretendida praticamente paralisaria as funções legislativas e ficaria em suspenso toda a legislação complementar a que o texto aprovado faz contínua referência."

"Estou de acordo — prossegue — com aqueles segundo os quais, apesar dos pesares, a duração do mandato é um problema segundo, pois o que mais importa é estabelecer bases para a transição democrática, a salvo de imprevistos, que poderiam nos fazer retroceder a situações não-compatíveis com o ideal democrático e o estado de direito."

## Aumento da bancada não é proporcional

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A aprovação, pela Constituinte, da emenda que permite a ampliação da bancada paulista na Câmara para 70 deputados mostrou as divergências sobre a questão da proporcionalidade da representação popular no Congresso. "Nunca pensei que houvesse ódio tão violento contra São Paulo", desabafou o líder do PTB, deputado Gastone Rigbi, ao ouvir os ataques dos deputados nordestinos contra a emenda coletiva assinada, entre outros, por dois paulistas, o próprio presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o deputado Ricardo Izar (PFL-SP).

Apesar da emenda não beneficiar apenas São Paulo, mas todos os estados que comprovarem aumento de sua população, constituintes nordestinos, como Oswaldo Coelho (PMDB-PE) afirmaram que os paulistas já têm uma bancada maior que oito bancadas do Norte e do Nordeste juntas. O deputado José Costa (PMDB-AL), munido de dados estatísticos, disse que a medida vai agravar o desequilíbrio regional.

O Sudeste e o Sul, segundo lembrou, representam 80% do Produto Interno Bruto (PIB). A qualidade de vida na Região Sul é tão significativamente melhor que no Norte e Nordeste que enquanto um brasileiro do Sul tem uma expectativa de vida de 63 anos, "seu irmão nordestino a tem de 51 anos". Lembrou, ainda, o exemplo dos Estados Unidos, com 240.856.000 habitantes, portanto, mais de uma vez e meia a população brasileira, que tem 437 deputados federais. "E lá não se vê aumentar a representação global do País na Câmara em função, permitam-nos a franqueza, de uma política regional mesquinha", disse José Costa.

### APLICAÇÃO

O aumento das bancadas não vale para essa legislatura nem permite a convocação dos atuais suplentes para o preenchimento das vagas existentes, segundo explicaram os autores da emenda. A matéria será disciplinada em lei complementar e depende, ainda, de regulamentação pelo Superior Tribunal Eleitoral, com base no número de habitantes de cada estado.

A emenda beneficia, automaticamente, a bancada paulista, que já está com sua representação defasada em relação ao crescimento populacional e poderá ser acrescida de mais dez deputados, com certeza. Pelos levantamentos feitos pelos

próprios parlamentares, o aumento total de cadeiras na Câmara deverá ser, no máximo, de mais 45 representantes, o que não deverá acarretar maiores transtornos na acomodação dos novos parlamentares. A Constituinte, atualmente, funciona com 559 constituintes no plenário da Câmara. A nova composição deverá ser de cerca de 530 deputados.

Parlamentares temem, contudo, fraudes no levantamento populacional dos estados, já que o critério da proporcionalidade vai esbarrar num problema, como lembrou o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ): o censo do IBGE é feito de dez em dez anos e as eleições se repetem de quatro em quatro anos. A lei complementar, na opinião de Miro Teixeira, deverá prever mecanismos para evitar que a legislação seja burlada.

Outros parlamentares ainda têm dúvida quanto ao início da aplicabilidade do novo critério de fixação das bancadas. Eles alertam para a possibilidade da lei ordinária permitir o preenchimento das vagas existentes por suplentes, o que seria "um verdadeiro escândalo", como salientou José Costa.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) assegurou, por sua vez, que a emenda atual não poderá ser usada como escudo para nenhuma "imoralidade". O deputado defendia a ampliação da bancada paulista para 116 deputados, alegando que a sua representação está "aviltada" e a população do Estado "sub-representada" mesma opinião manifestada pelo deputado Ulysses Guimarães.

### DE 1890 A 1990

A bancada paulista era de 22 deputados de 1890 a 1937, segundo dados da biblioteca da Câmara. Em 1946, cresceu para 40 deputados, ficando com o mesmo número até 1962. Passou para 59 até 1971 e foi reduzida com as cassações militares para 42. Em 1975, voltou a crescer, tendo 46 deputados até 1978. Em 1979 subiu para 55 e em 1983 para os 60 deputados atuais. Passará a ter 70 a partir de 1990.

Já a Câmara dos deputados, de 1891 a 1955, teve um total de 212 deputados. Somente em 1955 é que cresceu para 326. Em 1963, cresceu novamente para 409 deputados. Sofreu um corte drástico com as cassações militares de 1964, baixando para 293 a sua representação total, já que o AI-5 não permitia a reposição das vagas. Em 1967, a emenda constitucional aumentou a representação global para 487 deputados federais.

O texto integral da Constituição aprovado esta semana está na página 55